A Alteridade como prática historiográfica

Fábio Henrique Lopes¹

RESUMO

A Alteridade como prática historiográfica. Este artigo propõe aproximações, convergências e possíveis trocas entre historiadores (as) que praticam uma nova maneira de fazer história, aquela que evidencia as rupturas, as diferenças e os modos de diferenciação e que se apresenta como proposta de reflexão e de análise de uma forma de produção de saber e conhecimento historiográficos que não foge, esconde, anula ou escamoteia o Outro, mas que faz da alteridade um desafio e uma prática política histórica.

Palavras-chave: Alteridade; escrita da História; debate historiográfico.

ABSTRACT

The Otherness as historiographical practice. This article considers approaches, convergences and possible exchanges between historians who practice a new way of making history, one that highlights the ruptures, the differences and the ways of differentiation. Proposal of reflection and analysis of a form of knowledge production and historical knowledge that does not flee, hide, delete or conceal the Other, but that makes the otherness a challenge and a historic political practice.

Key words: Alterity; writing of History; historian debate.

“Somente a História e a consciência histórica podem introduzir a necessária descontinuidade entre passado e presente: História, com efeito, é a ciência da diferença”.

Ulpiano T. Bezzeta de Menezes

¹ Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e do [Programa](#) de Pós-Graduação em História (PPHR) pela mesma Universidade. Pesquisador do CNPq. Doutor em História Cultural pela UNICAMP. Doutorado sanduíche com a Université Paris VII. Mestre em História pela UNICAMP. Graduado em História pela PUC-Campinas. Pesquisador dos grupos de pesquisa: HISTOR - Núcleo de Estudos de Teoria e da História da Historiografia (UFRRJ); Imagens da Morte: a morte e o morrer no mundo Ibero-Americano (UNIRIO); Laboratório de Estudos das Diferenças e Desigualdades (UERJ); Laboratório de Estudos e Pesquisas da Contemporaneidade (UFABC), responsável pela linha de pesquisa: Relações de gênero, masculinidades e teoria queer.

INTRODUÇÃO

Há pelo menos 50 anos assistimos a uma ebulição e diversificação da disciplina histórica. Ao longo desse caminho, territórios foram criados; correntes e escolas ganharam novos contornos e novas posições que deveriam, segundo alguns, serem mantidas e defendidas; teses e argumentos foram apresentados, possibilitando novos debates e permitindo uma vasta produção historiográfica, inclusive no Brasil; trocas e diálogos foram propostos, redes foram inventadas. Como se pode perceber, entre convergências e divergências, diferenças e similitudes, trocas e diálogos, não só um novo debate histórico e historiográfico foi forjado nestas últimas décadas, como também a própria História, como disciplina, foi pensada e repensada. Novos exercícios críticos e proposições estimularam a produção na área, muitas outras faces da história ganharam destaque, fios e rastros organizaram narrativas históricas, novas referências epistemológicas orientaram a produção do conhecimento histórico, não esquecendo o desafio aceito por diversos historiadores (as) de libertar a História de seus antigos programas, projetos e objetivos.

Para fugir de uma simples generalização e de um empobrecimento das rupturas provocadas e percebidas na produção do conhecimento histórico nas últimas décadas, a proposta deste artigo é delimitar a reflexão, focalizando excertos e enunciados de historiadores e historiadoras que, direta ou indiretamente, apresentam a alteridade como prática historiográfica. Para este exercício reflexivo, utilizo referências bibliográficas atuais, produzidas recentemente ou que ainda fomentam o debate contemporâneo. Se a abordagem e o tema em questão não são novos, o diálogo em rede pode dar relevo e destaque ao eixo desta reflexão, à alteridade como prática historiográfica. Dessa maneira, estabeleço aproximações e convergências entre historiadores (as) e pesquisadores (as) que, de certa maneira, defendem a possibilidade, e alguns a urgência, de a historiografia promover o reconhecimento e o encontro com a diferença, com a finitude, com o que é temporal e, por isso, histórico. Portanto, alteridade como reconhecimento e aprendizagem histórica.

DESENVOLVIMENTO

Para iniciar a reflexão, destaco uma condição do conhecimento histórico: a de trabalhar, produzir e ressaltar finitudes. Nas palavras de Aguirre Rojas (2007, p.07),

“é impossível fazer uma história séria, de qualquer fato, fenômeno ou processo, em qualquer momento ou etapa do ‘passado’ ou do ‘presente’, que não demonstre em sua análise a necessária finitude e caducidade do que se estuda, tornando evidentes o caráter efêmero e os limites temporais do problema investigado, e sublinhando a mudança histórica a que estão submetidos todos esses processos, fenômenos e acontecimentos mencionados”.

Semelhante proposta é sugerida por Albuquerque Júnior (2006, p.211):

“pensar como historiador, às vezes, é difícil, porque significa termos que admitir que determinadas verdades, determinadas certezas, determinados caminhos que achamos os mais corretos, os mais indiscutíveis, podem e serão tragados pelo tempo,

se não tivermos a capacidade de ressignificá-los, de atualizá-los, de redefini-los. Ser historiador é lidar com a morte de todas as coisas, inclusive de nossas certezas mais queridas”.

Um modo de conhecimento histórico que opera, dessa maneira, com o ausente, com a morte e com a finitude. Certeau (2011, p.41) também destaca que:

“O discurso sobre o passado tem como estatuto ser o discurso do morto. O objeto que nele circula não é senão o ausente, enquanto o seu sentido é o de ser uma linguagem entre o narrador e os seus leitores, quer dizer, entre presentes... O morto é a figura objetiva de uma troca entre vivos. Ele é o enunciado do discurso que o transporta como um objeto, mas em função de uma interlocução remetida para fora do discurso, no não dito... Seu trabalho consiste em criar ausentes, em fazer, de signos dispersos na superfície de uma atualidade, vestígios de realidades ‘históricas’ ausentes porque outras”.

As ausências, as ressignificações e as finitudes são inerentes à História. A história da historiografia é, em si, a prova das mudanças, da finitude, das variações de sentidos, de valores e de usos da História em tempos e espaços sociais distintos. A história é a realização concreta da mudança no tempo.

O processo, os meios e as estratégias que fizeram da História uma ciência, que legitimaram as pretensões científicas daqueles valentes soldados que travaram verdadeiros combates e que arduamente defenderam posições e trincheiras, delineiam um período histórico que pode ter como baliza inicial as primeiras décadas do século XIX. Desde então, em processo não linear ou progressivo, o pensar a História tornou-se, também, prática dos historiadores, porém, não se limitou a esse novo campo e a esses novos profissionais. Ao longo desse mesmo período, literatos, jornalistas, filósofos, depois sociólogos, antropólogos e críticos literários refletiram sobre os desafios e limites da operação historiográfica. Hoje, o que pensamos e como definimos o que é a História tem como condição de possibilidade uma ordem discursiva e relações de poder indelevelmente forjadas no diálogo e nas críticas entre essas áreas do saber.

Superando e vencendo as barreiras daquilo que era considerado “verdadeiro conhecimento científico” no século XIX, historiadores ajudaram a reinventar a própria noção e conceito de ciência, a partir de então não mais presa aos ditames e ao modelo das ciências da natureza. É verdade que desde o século anterior, com Voltaire, por exemplo, já era operante um projeto que visava a tornar a história um saber racional, diferenciando-a da fábula. Mas foram aqueles estudiosos do século XIX que moldaram e foram estimulados por uma nova vontade de verdade, por uma vontade de saber que fez da racionalidade o acesso ao verdadeiro conhecimento. Assim, a cientificização da História se consolidou ao longo do século XIX (BENATTI, 2000; MARTINS, 2010).

Marc Bloch indica algumas rupturas provocadas pelas novas ciências que se consolidaram ao longo do século XIX, ou mesmo no início do século XX, as quais ampliaram as fronteiras do saber científico. Essa constatação de Bloch (2001) é importante porque indica, como sugeriu o próprio historiador francês, que “a História não é a relojoaria ou a marcenaria. É um esforço para conhecer melhor: por conseguinte, uma coisa em movimento”. A mesma ideia é apontada

por Carr (1982) ao apresentar a concepção de “história como um processo em movimento constante, dentro do qual o historiador se move”. Esse movimento sugerido por Bloch e por Carr é encontrado no interior do próprio debate travado no século XIX, que buscava a diferenciação dos modos de fazer a História e os sentidos a ela atribuídos, expondo as fraturas nos fundamentos e nos alicerces da disciplina histórica praticada naquele período. Debates e diálogos baseados na reflexão em torno do lugar história na sociedade ou, como diz Caire-Jabinet (2003), na “questão do sentido da história e de sua utilidade”.

No que diz respeito ao debate do período e das rupturas percebidas ou propostas, não posso deixar de fazer justa referência àqueles que antecederam os *Annales*, que ainda no século XIX, no meio da tempestade, propuseram novas questões à chamada operação historiográfica, criticaram e/ou minaram os pilares da chamada História Tradicional. Entre eles, Humboldt, Droysen e Nietzsche. Esses autores ajudam a complexificar a ideia e a imagem de um período, o século XIX, como um todo compacto, monolítico, amálgama de, no máximo, três grandes correntes: o Positivismo, o Historicismo e a Escola Metódica. Com eles, pluralizamos não só o período, como o debate nele travado. Esses três pensadores comprovam que na emergência da História como disciplina, algumas fraturas, descompassos e limites já eram percebidos e expostos. Hoje, reconhecemos, graças às pesquisas na área de história da historiografia, que muitas das inovações e das críticas apresentadas pelos *Annales*, por exemplo, já eram esboçadas em períodos anteriores às décadas de 1920/1930. Mais uma vez, a área de história da historiografia tem contribuído para diferenciar os movimentos da História, sua produção, escrita e leitura. Afinal, como destacou François Furet (1991), “a história é um acontecimento permanente”.

Se pesquisas atuais no campo da história da historiografia sugerem novos contornos para o debate e para as críticas à produção historiográfica próprias do século XIX e início do século XX, diversificando o que acreditávamos ser o período, não devemos esquecer, porém, a relevância das críticas dos *Annales* à chamada “História Tradicional” ou à tradição histórica, pelo menos aquelas delineadas pela primeira geração da escola francesa de Estrasburgo, ou seja, a crítica à História Política, à História factual/linear e à História puramente narrativa.

Se o século XIX é, portanto, definido como o “século da História”, pois a inventara como disciplina, o novo século XX pode ser visto como o período de ampliação e diversificação, não fragmentação dos fundamentos teóricos e dos princípios metodológicos da História. Ao mesmo tempo, não vejo como negar que este século possibilitara a pluralização dos temas, objetos, problematizações, olhares, fontes, teses e narrativas históricas. Claro que tal diversificação do campo e das pesquisas provocou debates e acirramentos. Contudo, no lugar de mapear e, com isso, dar destaque a tais guerrilhas e contendas, a proposta aqui é outra, a de focalizar efeitos das redes, dos diálogos, das trocas e das desterritorializações. Nesse novo fluxo da produção historiográfica contemporânea, delineio os limites deste artigo. Apesar das restrições próprias de uma reflexão apresentada neste formato, a proposta é analisar como historiadores nacionais e internacionais conceberam a prática historiográfica contemporânea - isto é, aquela possibilitada pelas cisuras e pelos novos contornos do debate pós-década de 1960 - como prática de diferenciação, de ruptura, de descontinuidade, de mudança, de invenção e de alteridade.

Após essas reflexões iniciais, posso sublinhar um dos resultados, ousar dizer, um dos ganhos e uma das inovações do debate historiográfico do século XX, inovação essa que é inegavelmente prática de diferenciação, ou seja, a compreensão de que o conhecimento histórico se dá por vestígios. Muitos historiadores corroboram esse princípio. Nas palavras de Marc Bloch (2001), “em contraste com o conhecimento do presente, o do passado seria necessariamente ‘indireto’”. Isso porque, segundo ele, “todo conhecimento da humanidade, qualquer seja, no tempo, seu ponto de aplicação irá beber sempre nos testemunhos dos outros uma grande parte de sua substância”. O conhecimento histórico não deixa de ser considerado científico, mesmo não partindo de um objeto diretamente verificável. Qual seria então a garantia desse caráter científico da explicação e da compreensão históricas? O que legitimaria essa ciência ainda na infância? A resposta já é muito conhecida: o documento.

Apesar de concordar com a inegável importância dos documentos na produção do conhecimento histórico, o historiador francês, e de modo geral a escola do *Annales*, amplia a compreensão do que esses seriam. Por meio de suas proposições podemos, como ele diz, entender que “os documentos materiais não são, longe disso, os únicos a possuir esse privilégio de poderem ser apreendidos de primeira mão”. Já que o conhecimento histórico se dá por vestígios, foi preciso dilatar as possibilidades de definição de tal recurso e fonte. A esse respeito, é conhecida a passagem de seu célebre livro, “tudo o que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, 2001). Rompendo com o chamado “culto ao documento escrito e oficial”, como únicos legitimadores da pesquisa científica, os historiadores começaram a buscar seus dados, informações e pistas em documentos até então não focalizados, lidos e problematizados, constituindo, assim, novos conjuntos documentais, transformados, todos, em fontes históricas.

Nesse sentido, Karnal e Tatsch (2011) retomam e destacam o axioma historiográfico: “destruídos todos os documentos sobre um determinado período, nada poderia ser dito por um historiador”. Como os autores observam, hoje reconhecemos a importância dos documentos na operação historiográfica, mas não podemos negar as leituras opostas ou variadas que um documento possibilita. Perdemos a ingenuidade em relação ao nosso material de trabalho. Sabemos diferenciar importância e sentidos atribuídos a tais vestígios do passado, bem como relações de poder e regimes de verdade. Praticamos, dessa maneira, “uma profunda alteração do uso e conceito de documento histórico” (KARNAL e TATSCH, 2011).

O trabalho histórico não se limita, ou pelo menos é isso que se espera, a buscar a autenticidade de um texto, a fazer sua crítica interna e externa. Nas últimas décadas, aprendemos a diferenciar o passado de seu registro; o fato de seu relato; a coisa de sua representação. Nas palavras de Albuquerque Júnior (2007, p. 25):

“nada é evidente em si mesmo... Nada é evidente antes de ser evidenciado, ressaltado por alguma forma de nomeação, conceituação ou relato. Os documentos são formas de enunciação e, portanto, de construção de evidências ou de realidades”.

Ainda sobre os novos usos e sentidos atribuídos aos documentos - transformados pelos historiadores em fontes históricas que possibilitam o conhecimento indireto do e sobre o passado – é importante lembrar outra consideração de Karnal e Tatsch (2011). Para eles, a

ascensão de novas dimensões e domínios da história, como a História do Cotidiano, História da Sexualidade, História do Gênero, trouxeram a diversificação daquilo que hoje tomamos, muitas vezes acriticamente, como fonte possível de pesquisa histórica.

A ponderação acima sugere a dinâmica e os movimentos internos da operação e do debate historiográficos. Novos olhares, novas questões e outras condições de possibilidade, em conjunto, apontam caminhos a serem desbravados, novos temas, novos estudos e novas fontes. Por fim, cabe outra consideração em torno dos documentos transformados em fontes históricas. Não devemos esquecer que:

“o fragmento do passado que nos chega é real e nos fala de sentidos dados para a realidade de uma dada época e sociedade, mas como todo fragmento empírico da realidade ele necessita passar por operações de imaginação, significação, intelecção, para se tornar uma realidade para nós, para que passe a funcionar em nosso tempo, para que volte a viver entre nós” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p.200).

Todas as possibilidades de produzir conhecimento histórico existentes e operantes não podem mais, como vimos, negar que nosso conhecimento é indireto, diferença estabelecida entre a História e outras ciências, inclusive algumas sociais. Se não concordamos mais com a máxima de o documento dizer ou portar a verdade sobre o ocorrido, se já compreendemos que “o que faz o historiador é reconstruir as versões sobre o passado que os homens que nele viveram foram capazes de construir” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006), se o “historiador opera sempre com a realidade, mas opera não com a realidade em si mesma, como coisa, como objeto naturalizado, mas como realidade construída pelos homens em suas diversas práticas, discursivas ou não” se “o fragmento do passado que nos chega é real e nos fala de sentidos dados para a realidade de uma dada época e sociedade, mas como todo fragmento empírico da realidade ele necessita passar por operações de imaginação, significação, intelecção, para se tornar uma realidade para nós”, então, definitivamente, não podemos mais desconsiderar que a operação historiográfica é prática de significação.

Essas operações de significação permitem o distanciamento e o diálogo entre o presente e o passado. Mas tal diálogo sempre parte do presente, tempo do historiador. Portanto, a única relação possível entre tais tempos históricos se dá pela mediação das fontes e pelo historiador. Antes de dar prosseguimento a essa prática de distanciamento, logo, de diferenciação, é preciso levar em consideração algumas observações de Antoine Prost (2008). No início de um dos capítulos de sua obra, intitulado “as questões do historiador”, ele é taxativo e lacônico: “não existem fatos históricos por natureza”, “pela questão é que se constrói o objeto histórico”. Em ressonância com sua tese, para além da relação *espaço-tempo*, outra parece ser fundamental na operação historiográfica, a *questão-documento*. Segundo Prost (2008), é a partir da questão que o historiador tem uma ideia das fontes e dos documentos que lhe permitirão resolvê-la. Dessa maneira, “o historiador nunca se limita a formular uma simples questão porque, em seu bojo, traz uma ideia das fontes documentais e dos possíveis procedimentos de pesquisa”.

Tal como os historiadores citados, Prost concorda com o contemporâneo princípio historiográfico de que “tudo pode ser documento, desde que seja assumido por ele [historiador]”, o que exigiria, por seu turno, não só habilidades, como técnicas para o trabalho. Ao mesmo tempo, essa nova consideração, também já esboçada neste artigo, redireciona a atenção para a

“impossibilidade da leitura definitiva de determinado documento”. Desse modo, o historiador nunca conseguiria exaurir os documentos selecionados, podendo sempre questioná-los de outra maneira e com outras problematizações ou levá-los a se exprimir com outros métodos. Se o “repertório documental e o arsenal metodológico não cessaram de aumentar seus acervos para responder a novas questões”, no mesmo movimento se nota que “o elenco das questões históricas nunca estará encerrado: a história terá de ser continuamente reescrita”.

A respeito das reescritas da História, vale a pena ressaltar as provocações de Keith Jenkins (2001). Para ele, “o passado e a história não estão unidos um ao outro de tal maneira que se possa ter uma, e apenas uma leitura do passado. O passado e a história existem livres um do outro; estão muito distantes entre si no tempo e no espaço”. A partir desse excerto estabeleço aproximação com os argumentos expostos. Primeiro, o conhecimento histórico é indireto. Segundo, a relação entre presente e passado é mediada pelas fontes, isto é, nas palavras de Pinsky e Luca (2011), pelos “documentos, transformados em fonte pelo olhar do pesquisador”.

Jenkins (2001) insiste na separação entre História, Passado e Historiografia, o que lhe permite afirmar que o mesmo objeto de investigação pode ser interpretado diferentemente por diversas práticas discursivas. Para ele, uma paisagem, por exemplo, pode ser lida/interpretada diferentemente por geógrafos, sociólogos, historiadores, artistas, economistas. Essa diferenciação não se limita às especificidades epistemológicas dos campos do saber, mas também está relacionada ao tempo presente do pesquisador, sujeito que, para Prost (2008), formula as questões de uma pesquisa, elaboradas, sempre, a partir de determinado lugar e tempo.

Mas Jenkins é mais ousado que Prost em suas considerações sobre a operação historiográfica, sobretudo sobre a relação entre presente e passado. Depois de 20 anos da publicação de sua obra em inglês e cerca de dez anos de sua publicação no Brasil, continuo considerando suas reflexões pertinentes para o debate em questão. Mas insisto; a proficuidade não se limita à sua provocação de que “o mundo ou o passado sempre nos chegam como narrativas e que não podemos sair dessas narrativas para verificar se correspondem ao mundo ou ao passado reais, pois elas constituem a realidade” (JENKINS, 2001). Para este artigo, considero como pertinente a diferenciação entre olhares, racionalidades, saberes e narrativas. Por exemplo, ele sublinha que sociólogos e historiadores interpretam de maneira distinta o mesmo fenômeno, por meio de outros discursos que estão sempre mudando, sempre sendo decompostos e recompostos, sempre posicionados e sempre se posicionando, e que por isso precisam que aqueles que os usam façam uma autocrítica constante.

Sublinho que não vejo no texto de Jenkins a impossibilidade da História ou da operação historiográfica, mas sim crítica feroz, e bem humorada, de certas referências e posturas que balizam a produção de determinado conhecimento histórico. Ao analisar três campos teóricos problemáticos - as áreas da epistemologia, da metodologia e da ideologia - o autor não pretende propor ou defender o fim da História; no máximo evidencia e externa as incongruências de escolas, movimentos, linhas de pesquisa ou referências teórico-metodológicas que ainda permitem trabalhos historiográficos. Não estou convencido de que podemos tomar a denúncia e a crítica a certos modelos e referências historiográficas como prova da inutilidade e inoperância da História. Considerar a história como um discurso cambiante e problemático não a invalida.

O que até aqui foi exposto permite afirmar, como fez Prost (2008), “que a escrita da história nunca estará encerrada”. Isso porque seu conhecimento é indireto, pautado em documentos produzidos pelo passado e transformados pelo historiador em fonte, pois há diferenciação entre História, Passado e Historiografia e, por fim, porque todo conhecimento sobre o passado se dá em outro tempo, o presente, onde são formuladas as questões do historiador, essas também históricas e datadas, próprias de uma época, contexto, condições de possibilidade, vontade de saber e de verdade.

Voltando à obra de Prost, não há, como outrora poderíamos encontrar em textos históricos, nenhum tipo de desconsideração ou desqualificação, *a priori*, de engajamentos, de interesses, de compromissos, de vínculos e de enraizamentos pessoais das questões históricas a ponto de o historiador francês afirmar que:

“não creio que seja possível ser um bom historiador sem um pouco de paixão, sinal de relevantes desafios pessoais. O enraizamento existencial da curiosidade no âmbito da história explica a constância da pesquisa, o esforço despendido pelo historiador e, convém reconhecer, igualmente, o prazer e a alegria prodigalizados, às vezes, pelo exercício desse ofício” (PROST, 2008, p.88).

De outra maneira, entre tantos exemplos possíveis, seriam excluídos do rol dos verdadeiros e legítimos trabalhos históricos aqueles sobre as mulheres escritos por feministas, os estudos sobre a escravidão ou sobre as questões e conflitos raciais desenvolvidos por negros, as análises da história judaica apresentadas por judeus, as histórias e as experiências na região nordestina produzidas por nordestinos, ou as reflexões da histórica participação de protestantes na arena política brasileira organizadas por evangélicos, entre tantos outros exemplos possíveis. O que em outros tempos inviabilizaria projetos e propostas de pesquisa, agora faz parte de nossas reflexões sobre o fazer histórico.

Portanto, as questões e os problemas que levam o historiador ao arquivo, à reflexão e à escrita não estão desconectas de um tempo, de uma sociedade e de subjetividades. Ao contrário, possuem historicidades e especificidades que precisam ser percebidas e analisadas. Afinal, como bem define Prost (2008), “conhecer a partir do interior, como as coisas podem passar-se no âmago do grupo que é objeto de análise, acaba por sugerir hipóteses, orientar em direção de documentos e fatos que passariam despercebidos para o observador externo”. Não se trata de negar riscos e armadilhas ou de não considerar a necessidade de recuos, mas sim de reconhecê-los como inevitáveis, inclusive para aqueles que ainda acreditam, explicitamente ou não, na imparcialidade e na neutralidade da operação historiográfica.

Para Carlos Aguirre Rojas, em ressonância com as proposições de Marc Bloch, cada época histórica refaz o passado em função de seus interesses e urgências. Em suas palavras,

“toda história é filha de seu tempo e de suas circunstâncias, e dado que o historiador também tem um compromisso específico com sua sociedade e sua época, toda história refletirá necessariamente as escolhas e pontos de vista do próprio historiador que se projetam inclusive na seleção dos fatos a serem investigados e no modo de

organizá-los, classificá-los, interpretá-los e arranjá-los dentro de um paradigma que lhes atribua significação e sentido próprios. Dado que não existe nem pode existir uma história atemporal, eterna, ‘ahistórica’...” (AGUIRRE ROJAS, 2007, p. 30-31).

Neste mesmo sentido, as palavras de José Antonio Vasconcelos (2000) produzem mais do que ruídos. Para ele, a História ganha calor não quando consegue representar com fidelidade “o que realmente aconteceu”, mas quando responde adequadamente às inquietações do presente. Ainda de acordo Vasconcelos, não se trata de descobrir uma verdade subjacente ao mundo dos fenômenos, mas de interpretar o material encontrado, de conferir-lhe sentidos que respondam às inquietações do presente, não às do passado, que permanecerão para nós sempre um mistério; visibilidade e importância atribuídas ao tempo presente, nunca ausente da prática historiográfica. Se o saber histórico não é relativista, ele é, como diz Albuquerque Júnior (2006), relativo às suas regras de produção.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, uma pergunta: conhecer para quê? Para instituir continuidades, reconhecimentos, identidades, enraizamentos, naturalizações, territorializações?

A proposta aqui em evidência é outra, não mais uma historiografia que busque reduzir ou conciliar a diferença à identidade. Trata-se de novas perguntas a serem feitas pelo historiador, novas problemáticas, ou como diz Rago (2008), perguntar muito mais pelas diferenças que nos separaram dos antigos do que pelas “semelhanças”. A historicidade de tudo e de todos, do eu e do outro, dos sujeitos, dos grupos, das ideias, dos sentidos, dos valores, da sociedade e do social, da cultura e do cultural, dos contextos, da ciência e do científico, dos masculinos e dos femininos, das teorias e das metodologias remetem, assim, à diferenciação, às desterritorializações. Uma nova prática que se define não pelo estudo da sucessão, das etapas de uma evolução, das regularidades de um fenômeno ao longo do tempo que procuram, necessariamente, uma lógica comum. Nas palavras de Vasconcelos (2000), uma possibilidade existente de fazer história que busca solapar a imagem de uma História teleológica, fruto de uma historiografia que procura estabelecer continuidades, que busca em épocas remotas as causas do presente e que vê no presente o embrião do futuro. Mas que fique claro, focalizar a diferença entre o hoje e o ontem, entre presente e passado não nega ou anula, em absoluto, a historicidade de nossos objetos de estudo. Muito pelo contrário, a própria historicidade permite ao historiador perceber, focalizar, apresentar e expor as diferenças, ou seja, aquilo que não somos mais.

Para Aguirre Rojas (2007), já encontramos construção de histórias diferentes e críticas, aquela “da prática da virtude do reconhecimento da presença real do “outro” e sua voz, como melhor antídoto para combater a soberba de supor que se deve ser, sentir e pensar à imagem e semelhança do pensamento até hoje dominante, autoritário e excludente.”

Em relação ao “outro” - sempre presente, mas ausente pelo tempo já passado, muitas vezes escamoteado pela historiografia -, Michel de Certeau (2011, p. XVI) adverte que:

“o outro é o fantasma da historiografia. O objeto que ela busca, que ela honra e que ela sepulta. Um trabalho de separação se efetua com respeito a essa inquietante e fascinante proximidade... Este lugar indica a questão posteriormente articulada pelas

práticas científicas e da qual uma disciplina se encarregou – ‘A única pesquisa histórica do ‘sentido’ permanece, com efeito, a do Outro’, porém este projeto contraditório pretende ‘compreender’ e esconder com o ‘sentido’ a alteridade deste estranho, ou, o que vem a ser a mesma coisa, acalmar os mortos que ainda freqüentam o presente e oferecer-lhes túmulos escriturários”.

Com ímpeto e ousadia, historiadores (as) abriram um novo caminho, o de conhecer para colocar em suspeita “toda e qualquer declaração definitiva e universalizante” (RAGO; VEIGA-NETO, 2006). Ou ainda, modos de estranhar e desfamiliarizar o que parecia tranquilo e acordado entre todos (VEIGA-NETO, 2006). Colocar-se contra qualquer *a priori* histórico, seja os da natureza humana, da consciência, das determinações socioeconômicas, da classe, do gênero, da raça, das formas de conhecimento, do saber, das teorias, das metodologias, dos temas, dos objetos, das pesquisas, das lógicas binárias, das naturalizações.

Se com Certeau aprendemos que a historiografia pode ser um trabalho de separação, com Michel Foucault, talvez na mesma sintonia, ela sirva para apontar descaminhos:

“(...) a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber e ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir” (FOUCAULT, 1984, p. 13)

O que os(as) autores(as) citados(as) apontam e propõem é uma nova prática, a qual já fora anteriormente esboçada e hoje é praticada. Retomando as considerações de Vasconcelos (2000), uma nova historiografia que “difere em um aspecto importante de todas as demais tentativas de renovação historiográfica: não se busca mais fugir do Outro”.

Uma história, como diz Rago (2002), que não ignora os acidentes, os acasos, os desníveis, em nome de uma homogeneização totalizadora quando se é incapaz de pensar as discontinuidades. Inspirada pelas provocações de Foucault, Rago afirma que muitos anos depois da publicação dos estudos do filósofo francês ainda ficam evidentes, e são pertinentes, suas advertências contra um olhar que perde as multiplicidades, que encerra sistematicamente em imagens e conceitos prontos, eliminando a historicidade própria dos fenômenos. Multiplicidade não só do passado, que nos chega indiretamente, mas também do tempo presente, dos devires e das potencialidades.

Para Aguirre Rojas (2007, p.06):

“a história não é uma disciplina associada somente aos arquivos, aos fatos, personagens e sucessos já desaparecidos e mortos, mas uma ciência também do social e do vivo, atenta à perpétua transformação histórica de todas as coisas, e diretamente conectada, pelas mais diversas maneiras, com o tempo presente, assim como com nossa vida social mediata e imediata, em todas suas múltiplas e variadas manifestações.”

Por meio dessas breves referências, desses excertos e das aproximações, não totalmente arbitrárias, uma possibilidade de operação historiográfica se delineou. Agora, temos uma reflexividade e um desafio: produzir histórias que possibilitem a elaboração de novos modos de vida, mais criativos, rizomáticos, heterotópicos. Podemos aprender com a diferença, reconhecendo alteridades. Indo além, como nos adverte Certeau, a ação historiográfica é possibilitada sempre por aquilo ou por aquele(s) considerado(s) e transformado(s) em “o Outro”:

“Sem dúvida, essa é a razão pela qual a história tornou o lugar dos mitos ‘primitivos’ ou das teologias antigas desde que a civilização ocidental deixou de ser religiosa e que, de maneira política, social ou científica, ela se definiu por uma práxis que envolve, igualmente, suas relações consigo mesma e com outras sociedades. O relato dessa relação de exclusão e de atração, de dominação ou de comunicação com o *outro* (posto preenchido alternadamente por uma vizinhança ou por um futuro) permite à nossa sociedade contar-se, ela própria, graças à história” (CERTEAU, 2011, p.39)

Crítica ativa e operante do fazer histórico tradicional. Implosão de uma prática histórica que:

“tem criado naturalizações, generalidades, que fazem das relações humanas uma eterna repetição do Mesmo: mesma divisão binária baseada no biológico, no genital, cujo referente é o masculino; mesma concentração de poderes e instituição de hierarquias entre os sexos; mesma compulsão à heteronormatividade, baseada na reprodução, ordem divina. Nas narrativas históricas, confundem-se valores e fatos, representações e verdades incontornáveis” (SWAIN, 2008, p. 29).

Contra tais pressupostos, uma historiografia como prática de liberdade, como prática libertária e como prática de liberação. Historiografia de potencial transformador do hoje, pela alteridade com o ontem, no qual não precisamos mais nos reconhecer, pois não somos nem reflexos, nem sujeitos ou grupos predeterminados. Como diz Rago (2002), um libertar-se de determinadas representações do passado, de procedimentos que levam a determinados efeitos, relações de poder, enfim, de construções autoritárias do passado e que, para além dos sujeitos excluídos, suprimem o contato direto com as experiências da liberdade, inventada e usufruídas por nossos antepassados. Identidades e reconhecimentos com o passado que são ilusórios, pois construídos em dada condição de possibilidade, definem “o humano para melhor hierarquizá-lo, cindi-lo, criando separações e exclusões” (SWAIN, 2006). Efeitos de exercícios de poder que não deixam fruir novas potencialidades para a historiografia. A proposta, então, é o esforço em “transformar o conhecimento numa espécie de experimentação, de exercício venturoso e fatal de si mesmo no mundo pensamento e da vida [sic]” (HARA, 2006).

Mudança pela diferenciação, pelo conhecimento e contato com os outros possíveis é o eixo desta minha reflexão e proposta. Alguns historiadores parecem identificar essa mesma potência aberta à historiografia. José Carlos Reis (2003) identifica uma história sendo a linguagem da mudança; Natalie Davis (2000) ensina que o estudo do passado pode ser visto como uma lição de esperança, pois mostraria que, por mais impositiva que a sociedade possa ser, haveria sempre alternativas abertas para as pessoas fazerem sua própria história. Roger Chartier (2011) marca como uma das exigências do trabalho histórico a diferenciação dos tempos, em seu caso, que possibilitam mutações das maneiras de ler e as variações do sentido das obras, das

apropriações criadoras, produções de diferença, de sentidos inesperados; ou ainda, Certeau (2011), para o qual a história atesta uma autonomia e uma dependência cujas proporções variam segundo os meios sociais e as situações políticas.

História, portanto, como instrumento:

“Não como qualquer instrumento, mas um instrumento utilizado para inventar problemas onde aparentemente eles não existem. Ou, indo mais longe, um instrumento para cada um deixar de ser o que é e pensar o que ainda não pensou; um instrumento enfim arquitetado pelo desassossego do homem moderno e votado a não lhe oferecer calmante nem consolo” (SANT’ANNA, 2008, p. 86).

Com a historiadora feminista Tania Swain (2007, p. 300-301), vislumbramos a prática de uma história do possível. Em suas palavras:

“não concebo a produção do saber fora do campo político das relações humanas. O que busco, assim, é uma história do possível, aquela encoberta pelos discursos naturalizantes... uma história do possível é o desvelamento do múltiplo onde hoje só conhecemos o Mesmo. Uma história do possível é uma história desnaturalizada, que despreza evidências do presente e se debruça sobre as possíveis relações humanas existentes em formações sociais distintas no espaço e no tempo. É uma história descontínua, pois não pretende apagar a infinita riqueza do humano em uma linha temporal ascendente, fruto de pressupostos fundados na crença ou em sua própria enunciação. Esta concepção da história implica, como apontei, em um posicionamento político definido...”

Historiografia como prática política de alteridade. Talvez assim possamos fazer vibrar, cerca de 30 anos depois de sua proliferação, as palavras de Foucault (1979, p. 151):

“O intelectual não tem mais que desempenhar o papel daquele que dá conselhos. Cabe àqueles que se batem e se debatem encontrar, eles mesmos, o projeto, as táticas, os alvos de que necessitam. O que o intelectual pode fazer é fornecer os instrumentos de análise, e é este hoje, essencialmente, o papel do historiador. Trata-se, em efeito, de ter do presente uma percepção densa, de longo alcance, que permita localizar onde estão os pontos frágeis, onde estão os pontos fortes, a que estão ligados os poderes (...) onde eles se implantaram. Em outros termos, fazer um sumário topográfico e geológico da batalha... Eis aí o papel do intelectual. Mas de maneira alguma, dizer: eis o que vocês devem fazer!”.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Antimanual do mau historiador**. Tradução de Jurandir Malerba. Londrina: EDUEL, 2007. (148p).

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O historiador *naïf* ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, (p. 192 – 215), 2006.

_____. **História: a arte de inventar o passado.** Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007. (254p).

BENATTI, Antonio Paulo. História, Ciência, Escritura e Política. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). **Narrar o passado, Repensar a História.** Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, (p. 63-103), 2000.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador.** Tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. (159p).

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à historiografia.** Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003. (167p).

CARR, Edward Hallet. **O que é história?** Conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961; 3 ed. Tradução de Lúcia Maurício de Alverga, revisão técnica de Maria Yedda Linhares, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (189p).

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica Arno Vogel. 3 ed; Rio de Janeiro: Forense, 2011 (384p).

CHARTIER, Roger. Aula Inaugural do Collège de France. In: ROCHA, João Cezar de Castro Rocha (org.). **Roger Chartier – a força das representações: história e ficção.** Chapecó, SC: Argos, 2011, (p. 249- 285).

DAVIS, Natalie Zemon. Entrevista. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As muitas faces da história.** Nove entrevistas. São Paulo: Editora UNESP, 2000, (p. 81 – 118).

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2; o uso dos prazeres.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. (232p).

FURET, François. Da história-narrativa à história-problema. In: _____. **A oficina da História.** Tradução revista por Adriano Duarte Rodrigues. Lisboa: Gradiva, 1986, (p. 81-98).

HARA, Tony. Os descaminhos da nau foucaultiana: o pensamento e a experimentação. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. Aquela história de pirotécnico... In: _____. **Figuras de Foucault.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006, (p. 271-279).

JENKINS, Keith. **A História repensada.** Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2001. (120p).

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e História. A Memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes.** 1 ed. 1 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011, (p. 9-27).

MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010. (248p).

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)**. São Paulo, n. 34, (p. 09-24), 1992.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. 1 ed. 1 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011. (333p).

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Tradução de Guilherme de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. (287p).

RAGO, Libertar a História. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, (p. 255-272), 2002.

RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. Aquela história de pirotécnico... In: _____. **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, (p.09-11), 2006.

RAGO, Margareth; FUNARI, Pedro Paulo A. (org.). **Subjetividades antigas e modernas**. São Paulo: Annablume,. 2008. (253p).

REIS, José Carlos. **História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. (246p).

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Michel Foucault e os paradoxos do corpo e da História. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio (orgs.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, (p. 83-91), 2008.

SWAIN, Tania Navarro. Velha? Eu? Auto-retrato de uma feminista. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. Aquela história de pirotécnico... In: _____. **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, (p. 261-270), 2006.

_____. Entrevista.Entrevistador: Estevão C. de Rezende Martins. **Textos Históricos**. Revista da Pós-Graduação em História da UNB. Brasília, v. 15, n. 1/2, (p.297-312), 2007.

_____. História: construção e limites da memória social. In: RAGO, Margareth; FUNARI, Pedro Paulo A. (org.). **Subjetividades antigas e modernas**. São Paulo: Annablume, (p. 29-45), 2008.

VASCONCELOS, José Antonio. História e Pós-Estruturalismo. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). **Narrar o passado, Repensar a História**. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000, (p. 105-121).

VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. *Aquela história de pirotécnico...* In: _____. **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, (p. 13-38).